

Título: A controvérsia sobre as interpretações do Brasil e a HPE: efeitos da derrocada do neoliberalismo sobre o pensamento econômico brasileiro no início do século 21

Nome do(s) autor(es): Maria Malta (LEMA/IE/UFRJ)

Carla Curty (LEMA/ ITR/ UFRRJ)

Jaime Leon (LEMA/IE/ UFRJ)

Resumo: O trabalho aborda o início de século 21 como um momento contraditório de construção da retomada das interpretações do Brasil em um contexto de neoliberalismo, conservadorismo e pensamento para rápido consumo. Pretende-se apresentar as interpretações do Brasil como uma forma de resistência e compromisso intelectual público com a compreensão e mudança do Brasil, ainda que em sentidos muito variados e em disputa, como podemos identificar nas obras de Virginia Fontes (2010), Mercio Gomes (2019) e João Antonio de Paula (2021).

Palavras chave: Interpretações do Brasil, neoliberalismo, João Antonio de Paula, Virginia Fontes, Mércio Gomes

Área temática: 3. HISTÓRIA ECONÔMICA, DO PENSAMENTO ECONÔMICO E DEMOGRAFIA HISTÓRICA

A controvérsia sobre as interpretações do Brasil e a HPE: efeitos da derrocada do neoliberalismo sobre o pensamento econômico brasileiro no início do século 21

Maria Malta

Carla Curty

Jaime León

Depois de um longo e tenebroso inverno causado pelo estouro de uma onda de lógica neoliberal sobre a produção das ciências econômicas e sociais na América Latina, começamos, aos poucos, a reencontrar algumas obras de interpretação o Brasil sendo produzidas por autores nascidos no país. Aparentemente compreender o processo de formação do nosso país de hoje voltou a nos interessar.

Pode-se atribuir a retomada deste interesse à grande crise provocada pela implementação do projeto neoliberal nas políticas e ideias econômicas. Porém, é também possível dizer que esta não é uma tendência geral. As autoras e os autores que se dedicam a produzir estes trabalhos são parte de uma geração que vê a ciência social de uma forma diferenciada em relação a atual pasteurização de produção de conhecimento existente no país, cuja lógica foi importada dos centros de produção da *fast science* mundial.

Parece ainda razoável afirmar que o principal problema que a economia e a sociedade brasileira enfrentam é o projeto político que tem sido executado pelos governos mais recentes. Este expressa um projeto de Brasil esboçado em um momento da luta de classes em que neoliberalismo e conservadorismo se mesclam de forma inextricável e que vem se desenrolando, pelo menos, desde o alvorecer da crise financeira e socioeconômica de 2007. Os governos de Donald Trump nos EUA, Thereza May e Boris Johnson no Reino Unido, Duterte nas Filipinas, Macri na Argentina, Piñera no Chile são algumas expressões deste movimento que não é nenhuma “jaboticaba” brasileira.

O quê sim é uma especificidade brasileira (latino-americana seria mais apropriado aqui) é o fato de estarmos passando por este momento de amálgama de políticas socioeconômicas neoliberais e repressão político-institucional (IANNI, 1988) sem termos completado o processo de formação da Nação brasileira. Entendida Nação brasileira como uma coletividade minimamente autossuficiente e com autonomia para controlar o ritmo, o sentido e a intensidade das transformações socioeconômicas por que quer passar e, mais importante, em prol do interesse da maioria de sua população. Se essa enorme contradição contribuiu para a assimilação da *fast science*, também instigou a renascimento da controvérsia sobre as interpretações do Brasil.

Este trabalho busca identificar nas obras de Virginia Fontes (2010), Mercio Gomes (2019) e João Antonio de Paula (2021) os elementos da discussão, o tipo de controvérsia e o compromisso que um intérprete do Brasil se propõe a enfrentar. Ao mesmo tempo apontar que são autores com formações diferentes contribuindo com a lente da história, da antropologia e da economia política em primeira pessoa, porém dando origem a elementos fundamentais para refundar a controvérsia da formação econômica do Brasil que se descortina no século 21.

1. Neoliberalismo e *fast science*

1.1 - Neoliberalismo e ciências sociais: um conceito em disputa

Entender a pasteurização da ciência demanda refletirmos sobre a influência do neoliberalismo sobre a produção e difusão científica. Mais, demanda anteriormente a compreensão do que é o próprio neoliberalismo, para isso apresentaremos nossa percepção sobre tal fenômeno tão controverso na história do pensamento socioeconômico.

Como destaca o historiador Mello (2020), no Brasil o neoliberalismo pode ser caracterizado como uma “estratégia de desenvolvimento capitalista” que começa a ser difundida ainda nos anos oitenta nas discussões que se deram entre o fim da ditadura empresarial-militar em 1985 e a campanha que elegeu o governo de Fernando Collor (1990-1992). Algumas de suas características básicas as privatizações de empresas estatais após anos de sucateamento deliberado por parte do Estado, a flexibilização da legislação trabalhista, a gestão empresarial do Estado, o aumento do encarceramento como política penal e a criação de uma subjetividade empreendedora como se todas as pessoas pudessem agir como empresas disputando em um mercado competitivo. Segundo os economistas Gentil e Araújo (2021), o neoliberalismo tem como características no Brasil o tripé conformado pela liberalização comercial e produtiva; pela liberalização financeira e pelas já citadas privatizações. Ademais, esse “neoliberalismo à brasileira” seria perseguido por um tripé macroeconômico que vem sendo construído desde a implementação do Plano Real em 1994 – política fiscal austera que ganha sua atual configuração com a institucionalização das metas de superávits fiscais no fim do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998); a política cambial com flutuação livre desde 1999 e a política monetária que é toda arquitetada na sua forma atual com a implantação do regime de metas de inflação em Junho de 1999 no começo do segundo governo de Fernando Henrique.

Na América Latina, em especial, há um discurso de Estado mínimo no sentido de redução da participação do Estado no provimento de direitos sociais e das suas funções básicas de dinamizador, alocador, distribuidor, inovador e empreendedor na atividade econômica. Não obstante este é um discurso enganador, dado que como colocara Ianni (1988), a América Latina é marcada por uma “cultura política autoritária”, logo a presença marcante de um Estado opressor e repressor, leia-se conservador, é a característico de um Estado grande e muito ativo na região e que não mede esforços para atingir os objetivos das classes e frações de classe dominantes. Destaca-se que no mundo as experiências de governos neoliberais começaram dentro da região na década de 1970 na ditadura de Augusto Pinochet no Chile, país que hoje em dia passa por um problema crônico na saúde e na educação por não ter montado uma rede pública de provisão desses serviços essenciais.

Muito embora tenha especificidades na América Latina, o neoliberalismo não se restringe ao espaço da região, em geral, e tampouco ao espaço geográfico brasileiro, em particular. É um fenômeno mundial que podemos apontar como tendo referência histórica os desdobramentos da crise do liberalismo no início do século XX. Mello (2020) aponta que a ideia de neoliberalismo é antiga e controversa não só na história do pensamento socioeconômico como na história em geral. Um “novo liberalismo” teria começado a ser forjado como reação ao desdobramento da revolução russa de 1917 que, originalmente, espalhou pelo mundo a esperança de uma alternativa ao capitalismo a partir do interesse da classe trabalhadora e para a classe trabalhadora.

Segue Mello (2020) afirmando que não só como reação a experiência soviética que nasceu um “novo liberalismo”, mas também como reação às políticas de intervenção estatal após crise do liberalismo da *Pax Britannica* (1815-1914) que levou a duas guerras mundiais e à crise de 1929. Tais ideias de intervenção estatal e de reforma na teoria marginalista foram, em boa parte, propagadas pelo influente economista e político John

Maynard Keynes na sua Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda de 1936. Por fim, o embrião de um “novo liberalismo” viria dos desdobramentos socioeconômicos do conjunto de países que em resposta aos desafios de reconstrução econômica do pós-guerra teriam proposto políticas de planeamento econômico.

Assim, diante dessa origem histórica de algo que estamos chamando de um “novo liberalismo”, já no começo do século XX, nasce nas ciências sociais a partir de diversas correntes de pensamento socioeconômico o debate filosófico, econômico e político que resultaria no que entendemos por neoliberalismo hoje em dia. Perceba-se, tal debate foi traçado por diversas correntes, sendo alvo de intensa controvérsia e de sua síntese é que apresentaremos a noção de neoliberalismo que consideramos mais apropriada e que vai formar mentes por décadas a partir de então.

Sem a pretensão de esgotar o tema, vale apresentar rapidamente um panorama desse debate intenso. Temos que nos anos trinta e quarenta do século XX há, no plano das ideias, tradições do pensamento econômico que conformaram uma reação ao pensamento keynesiano. A primeira delas é a i) escola austríaca reunida em torno de Mises e Hayek; uma segunda tradição desse sentido é ii) o ordoliberalismo alemão que defende uma presença ativa do Estado para que haja um mercado competitivo iii) as ideias monetaristas de Milton Friedman e os seus “Chicago boys” ao longo dos anos sessenta do século XX começam a ser difundidas na academia e no debate público afirmando que as políticas fiscal e política cambial deveriam ficar em função de uma política monetária que atuasse de forma não-perturbadora na atividade econômica, sem causar distorções de preços.

Mais recentemente podemos citar que há outras correntes influentes nesse debate de conformação do neoliberalismo enquanto tal. Temos o Nova Economia Institucional (NEI) representada pelas ideias de Douglas North e os conceitos de custos de transação e de direitos contratuais e de propriedade; ao longo dos anos oitenta e noventa temos as ideias da chamada economia novo-clássica defendidas por Robert Lucas, que é muito presente no debate atual econômico atual; as ideias do partido New Labour na Inglaterra de um social-liberalismo que deu prosseguimento à política econômica de Margaret Thatcher sob a figura de Tony Blair.

O neoliberalismo resulta, portanto, da síntese dessa reação ao socialismo e ao keynesianismo e as políticas de Bem-Estar Social, principalmente na Europa, no plano das ideias. Não obstante, como já citado, ele seria experimentado, no plano das políticas econômicas, de forma pioneira na América Latina a partir do Chile e em outras ditaduras civis-militares do cone-sul ao longo do último quartel do século 20. Ele foi implementado e difundido através de algo que o intelectual italiano Antonio Gramsci chama de aparelhos privados de hegemonia, tais como o conjunto de instrumentos da imprensa (telejornais, jornal impresso, rádio,) livros, universidades, escolas, institutos e organizações não-governamentais etc.

Em especial, destacamos dentre esses aparelhos privados de hegemonia o papel dos *think-tanks* que nada mais são do que instituições de difusão ideológica com elaboração, organização e propagação das ideias e os princípios filosóficos e econômicos neoliberais que vêm desde os anos quarenta e cinquenta nos E.U.A. e Inglaterra e que se difundem a partir dos anos setenta¹. Inclusive, tais aparelhos de hegemonia privada formam quadros políticos que supostamente devem ser uma “nova elite

¹ Dentre alguns *think-tanks* que têm certa projeção, damos como exemplos CATO Institute, The Heritage Foundation, Adam Smith Institute, Fraser Institute. São instituições que financiam dentro de partidos conservadores ingleses e estadunidenses as ideias neoliberais.

intelectual” e fazem essa produção e propagação de ideias e princípios neoliberais a partir de revisionismo histórico.

É daí que remonta a pasteurização da ciência que estamos chamando de *fast science* que mercantiliza a produção de conhecimento e que oculta tanto as discussões que levem em conta a luta de classes do debate público e econômico e quanto aquelas que reconfiguram as funções do Estado tal como elas tinham sido formuladas pela tradição keynesiana e suas variações. A *fast science* é uma expressão da dominação ideológica neoliberal no plano das ideias e tem reflexos na construção do pensamento socioeconômico.

Diante desta contextualização, entendemos que o neoliberalismo é um processo totalizante, complexo e contraditório que se desenrola no modo de produção capitalista como processo histórico e embrionário desde o começo do século 20 e que ganha corpo ao longo deste mesmo século tanto na academia como no debate público e das contradições das economias centrais no momento de crise do Estado de Bem-Estar nos anos sessenta e que vira uma prática econômica ou uma “estratégia de desenvolvimento capitalista” a partir de sua implementação pioneira na América Latina. Como comentamos anteriormente, a própria definição de neoliberalismo é alvo de intensas controvérsias nas ciências. Optamos por utilizar a síntese apresentada por Saad Filho & Morais (2018) por ser didática, crítica e polissêmica. Para os autores, o neoliberalismo reúne pelo menos quatro características básicas que são complementares, logo não-excludentes:

Primeiro, o neoliberalismo é uma ofensiva do capital sobre o trabalho no sentido que representa um ataque contínuo e recorrente contra os direitos trabalhistas e sociais conquistados a duras penas pelos trabalhadores. Vale a pena, como exemplo didático, lembrar a ofensiva contra os trabalhadores de Margaret Thatcher entre 1984 e 1985 no caso da greve dos mineiros ou mesmo a reação do governo de Ronald Reagan nos E.U.A a greve dos controladores de voo anos antes em 1981. Tais movimentos resultaram em vários casos de desemprego, desmobilização sindical, perda direitos trabalhistas e construção de uma política tributária intensamente regressiva.

Segundo, o neoliberalismo é baseado num conjunto de políticas econômicas, em geral macroeconômicas, que prezam por diminuir ou subjugar as funções do Estado a um papel mínimo de garantia da defesa, de monopólio de uso da força e de provisão de alguns bens e serviços que são justificados pela existência de falhas de mercado. Ademais, no geral estas políticas econômicas são orientadas não a satisfazer o conjunto da população, mas os interesses dos agentes do mercado financeiro. Tais políticas econômicas representam a ideia que todas as esferas da vida social podem ser mercantilizadas.

Terceiro, o neoliberalismo seria um conjunto ideológico que pode se manifestar em ideias, formas de cultura, formas de expressão de religiosidade², a própria consciência social (a forma como a sociedade se enxerga e como se expressa a dominação material das classes dominantes na forma de ideias para o conjunto da população). Aqui a *fast science* aparece como um símbolo desta dominação material e ideológica.

Em quarto e último lugar, o neoliberalismo seria para Saad-Filho & Morais (2018) a fase atual do modo de produção capitalista, no sentido histórico do termo. Seria a forma como o capitalismo se apresenta hegemonicamente ao mundo. Tal como tinha sido nos anos conhecidos como Era Dourada (1945-1973) um capitalismo de Bem-Estar Social no centro do mundo, agora é um capitalismo dominado pelas finanças, pela acumulação

² No Brasil, é comum a explosão da teologia da prosperidade com igrejas neopentecostais que vendem uma ideia.

rentista-patrimonial que requer a destruição dos direitos dos trabalhadores e a financeirização da vida.

Ocorre que desde a crise econômica iniciada em 2007/2008, esta fase atual do capitalismo tem ganhado contornos cada vez mais conservadores ao redor do mundo. Isto fica claro com a ascensão de governos que, em graus distintos, representam este conservadorismo. Tais são os casos de Theresa May no Reino Unido, Boris Johnson também no Reino Unido; Donald Trump nos E.U.A., Temer e Bolsonaro Brasil, Duterte em Filipinas, Erdogan na Turquia, Obrero no México etc. Esta expressão do neoliberalismo nos governos de vários países resulta, no conjunto das ciências sociais e no debate público, em uma produção acadêmica em pesquisas científicas, ensaios, interpretações de forma pasteurizada e mercantilizada. No que nos interessa aqui, esta nova fase do capitalismo tem implicações no que se constrói enquanto pensamento socioeconômico brasileiro.

Vejamos agora, com um pouco mais de precisão, o que entendemos por *fast science* na produção intelectual brasileira e em seu debate público e sua conexão com o neoliberalismo conservador atual. Como destaca Ricupero (2008) e Ianni (2002), as diversas “famílias”, “linhagens” e “orientações” do pensamento social brasileiro são fruto de intenso debate político e histórico que tem como alicerce a base material da vida que se desenrola no Brasil desde os tempos de colônia e que estão conectados com a ideia de “modernização” que se constrói a partir da elaboração de uma sociedade de classes no Brasil. A noção de *fast science* levaria, portanto, ao paroxismo a ideia de modernização que, por sua vez, está atrelada aos desafios de formação nacional no país em tempos neoliberais. Vejamos.

1.2 – *Fast science* e interpretações do Brasil

Os processos de mercantilização da vida sob o capitalismo atingem todas as formas de sociabilidade, inclusive, a produção de conhecimento e a forma de configuração das universidades e dos centros de pesquisa. Este movimento, acentuado na forma de sociabilidade característica do final do século 20 e início do século 21 sob o neoliberalismo. Formando-se assim um processo conhecido como *fast Science* (SLOW SCIENCE ACADEMY, 2010), ou seja, um modelo de produção de conhecimento organizado a partir de uma lógica mercantil, acentuado por processos de privatização da pesquisa e do ensino, movimento no qual, deve-se produzir cada vez mais e mais, mesmo que o conteúdo desta produção não seja exatamente inovador ou consistente, um modelo alimentado pela proliferação de revistas acadêmicas (que perpetuam esta lógica produtivista) em que muitas vezes, autores são cobrados pelas submissões, além da cobrança pelo acesso a estas publicações, e pelos processos de avaliação e progressão da carreira docente nas principais instituições do meio acadêmico no Brasil e no mundo.

No campo da economia, este movimento casou bem com o já consagrado movimento de configuração da visão dominante de ciência econômica que se forja a partir do final do século 19 e início do século 20, com a consolidação do *economics*, marcado pela visão de economia do marginalismo e da teoria neoclássica. Movimento marcado pelo positivismo, separando o campo da economia, em especial, o que chamam de analítico ou de teoria econômica de fato, ou da ciência positiva, dos elementos morais, sociais e ideológicos, ou da chamada economia normativa (Teixeira, 2000). O que se entende como o campo da economia se afastou de elementos de análises mais estruturais da sociedade capitalista e de seus processos de desenvolvimento como era realizado pela economia política e se afastou também do movimento levado a cabo por Marx em sua crítica da economia política, em que buscava compreender e analisar a essência e a aparência dos fenômenos da sociedade capitalista, nos quais, os elementos da economia

política seriam apenas uma das muitas óticas de observação da totalidade da sociedade capitalista.

Na construção das análises econômicas do *economics*, pouco importam os elementos de configuração das formações econômico-sociais dentro do capitalismo, suas especificidades e seus elementos em comum com as demais formações econômico-sociais, pouco importa explicar os porquês das estruturas dos processos econômicos observados na conjuntura econômica analisada, pouco importa se os fenômenos econômicos não podem ser somente explicados por variáveis exclusivamente economicistas, mas que são evadidos pelas questões históricas, culturais, sociais e ideológicas. O foco está no imediatamente observado na aparência dos fenômenos econômicos, em especial, se esta aparência puder ser codificada e interpretada sob a forma de modelos e de preferência, se estes modelos puderem ser preditivos e bem comportados. No campo da economia identificado com o *economics* e o foco nos elementos da conjuntura econômica, a *fast science* caiu como uma luva e encontrou terreno fértil para seu desenvolvimento.

O movimento de construção de conhecimento a partir da *fast science* condicionou também os tipos de questões e análises feitas nas ciências sociais como um todo – afastando os autores e as autoras de tentativas de realização de análises mais amplas e estruturais sobre as realidades sociais e econômicas, mais, especificamente, no caso da realidade e da formação econômica e social brasileira, característica das “*interpretações do Brasil*”, este movimento fez com que este tipo de análise praticamente desaparecesse das contribuições mais contemporâneas, soando como um tipo de análise *démodé*.

As análises no sentido das interpretações do Brasil já vinham perdendo fôlego nas ciências sociais, nas mais variadas vertentes, no Brasil desde os anos 1960 e 1970, com os processos de implementação e consolidação das pós-graduações e a lógica de *fast Science* à qual elas geralmente se adequam, dado o movimento de produção de conhecimento e de ciência por meio de *papers* (Borja *et ali*, 2022, p. 37-38). A configuração dos centros de pós-graduação, se por um lado, ampliam a produção de conhecimento e contribuem para as reflexões e inovações, por outro lado, como Borja *et ali*. (2022) apontam, através do reforço da especialização das áreas do conhecimento e do peso do produtivismo acadêmico, levam à diminuição do espaço para as reflexões mais amplas, com sentido de analisar em profundidade a formação econômico-social brasileira. Uma reflexão que identifique as questões ligadas às especificidades do seu desenvolvimento capitalista, que possam auxiliar a análise de conjuntura sobre o que é o Brasil contemporâneo e suas questões, visando construir uma proposta de projeto de país, elementos que como apresentaremos na próxima seção, são característicos das chamadas “*interpretações do Brasil*”.

2. O compromisso de intérprete do Brasil: compreender o Brasil a partir de sua formação econômico-social

O que se entende como “*interpretações do Brasil*” geralmente é tratado no campo do pensamento social brasileiro, mas dificilmente no campo da história do pensamento econômico brasileiro (HPEB). O campo que ficou conhecido como ‘interpretações do Brasil’ apareceu, conforme destaca Ricupero (2008, p. 21), no período iniciado com o debate abolicionista e republicano, no final do século 19, desdobrando-se com o estabelecimento e o desenvolvimento mais amplo da universidade no Brasil, nas décadas de 1920/1930. Porém é possível identificar nesses autores a questão da formação do Brasil como uma questão de fundo de seus trabalhos, isso é, preocupavam-se com o debate do estabelecimento de um quadro social nacional mais autônomo que se contraporía à origem

colonial do Brasil. Origem esta marcada por diversos tipos de domínio, como cultural, político e econômico. Esta preocupação parecia ter sido apagada pela agenda neoliberal e o modo de construção do conhecimento marcado pela *fast science*.

O ponto aqui apresentado é que um intérprete do Brasil tem consigo uma missão intelectual, pois busca, através da pesquisa histórica, compreender a realidade presente do país. São formulações que mesmo quando tratam do passado, têm sempre em vista a investigação do “presente como história” (Hobsbawm, 1993).

Pode-se afirmar que o que é chamado de *interpretações do Brasil* ao buscar compreender a realidade do Brasil a partir de seus próprios processos históricos e desdobramentos futuros se apresentam como um primeiro pensamento propriamente brasileiro autônomo em relação às teorias dos principais centros mundiais, abrindo caminho para um tipo de análise específica que dará destaque, ainda que de formas diferentes, à estrutura produtiva para tentar compreender o Brasil e sua formação. A preocupação com o estabelecimento de um quadro social autônomo, que se contrapusesse à situação de subordinação colonial, é a chave para um pensamento que coloca no seu centro dinâmico principal o que ocorre internamente no país. Este é um movimento que requer tempo de análise e de maturação desta análise, um movimento oposto ao da *fast science*, um movimento de *slow science*. Um tipo de análise que requer muito tempo de reflexão, observação e diálogo crítico com seus pares e com a sociedade civil como um todo e seus diferentes campos de representação política e ideológica.

As *interpretações do Brasil* são marcadas pela análise das formas estruturais da produção social da vida material, que se expressam em determinadas relações sociais necessárias e independentes de sua vontade e às quais correspondem relações de produção referentes a uma determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais. Ao mesmo tempo um intérprete não poderá deixar de perceber que sobre essa estrutura se levanta uma superestrutura jurídica, política e correspondentes formas da consciência social que necessariamente compõem seu objeto. Logo, o objeto de análise de um(a) *intérprete do Brasil* é, em essência, a formação econômico-social brasileira.

Para compreender a nação que aqui se formara ou que poderia vir a se formar era e é necessário dispor-se a desvendar a realidade brasileira e propor uma explicação para a formação econômico-social que se apresenta dentro das fronteiras do Estado Nacional. Ainda que não busquem tratar da economia de forma explícita – as exceções podem ser Caio Prado Junior e Celso Furtado –, os chamados e as chamadas *intérpretes do Brasil* têm nas questões econômicas (estruturais) elementos relevantes de sua análise; afinal, para abordar o processo de formação econômico-social deve se tratar esse processo como um todo, de forma totalizante, expondo suas características sociais, políticas, culturais e também econômicas, ou seja, a análise do processo de formação e constituição de suas estruturas produtivas e sociais. É possível, portanto, compreender a obra dos e das *intérpretes do Brasil* como parte da história do pensamento econômico brasileiro e inserir a contribuição desses intérpretes nas diferentes controvérsias que compõem a HPEB.

As análises focadas na formação econômico-social como um todo podem servir de norte para o pensamento econômico brasileiro que escapem da lógica e do movimento do tão dominante *economics*. Afinal, pensar os elementos da estrutura econômica, das relações sociais de produção e das forças produtivas não pode ser feito de forma dissociada dos elementos políticos, sociais e culturais. No entanto, conforme afirmado anteriormente, ao longo do século 20 e no início do século 21 houve um fortalecimento do processo de especialização e fragmentação do conhecimento. Movimento este que se intensificou com o movimento contemporâneo de construção do conhecimento a partir da *fast science*.

Neste sentido, Teixeira (2002) afirma que, no âmbito do pensamento econômico, como também nos âmbitos do ensino e da prática da economia, esse processo foi ainda mais acentuado, já que os horizontes analíticos da teoria dominante no campo da economia enfocam as questões da aparência da realidade, como já afirmamos na seção anterior. Essa teoria está “dominada por uma visão pseudocientífica, cujos horizontes analíticos não ultrapassam as noções abstratas de mercado e de competitividade, na suposição de que o economista está sempre diante de sistemas econômicos em forma pura” (Teixeira, 2002, p. 57). Nesse sentido, Teixeira destaca a necessidade de retomada dessa visão mais ampla, totalizante, retomando estudos, análises e debates sobre a formação histórica da sociedade brasileira.

Retomando Teixeira (2002) e recolocando o que Teixeira (2002) afirma em outros termos, é necessário pensar formas de construção de análises no campo da economia que comunguem com outra forma de construção do conhecimento, que rompam com o *economics*, que retomem os movimentos da chamada crítica da economia política (mais que da economia política em si), que sigam o movimento da *slow science*, conforme alinha do Manifesto da Slow Science Academy (2010)

“A ciência-com-tempo foi praticamente a única ciência concebível por centenas de anos; hoje, argumentamos, ela merece reavivamento e precisa de proteção. A sociedade deve dar aos cientistas o tempo que eles precisam, mas o mais importante, os cientistas devem respeitar seu tempo.

Precisamos de tempo para pensar. Precisamos de tempo para digerir. Precisamos de tempo para nos entendermos mal, especialmente quando promovemos o diálogo perdido entre humanidades e ciências naturais. Não podemos dizer continuamente o que nossa ciência significa; para o que será bom; porque nós simplesmente não sabemos ainda. A ciência precisa de tempo.” (Slow Science Academy, 2010 – *tradução livre dos autores*)

Realizar análises da maneira das *interpretações do Brasil* requer este tempo e este cuidado na construção do conhecimento e do entendimento do Brasil e de suas (múltiplas e complexas) questões. Requer pensar o Brasil em sua complexidade, levando em consideração questões históricas e os desdobramentos destas questões. Requer pensar a articulação entre os elementos econômicos, sociais, culturais, antropológicos, políticos e ideológicos que configuram e condicionam a sociabilidade que aqui se gesta e a forma como a vida material é produzida e reproduzida neste território conhecido como Brasil. Requer pensar que os elementos conjunturais consistem em fenômenos mais amplos que os observados somente na aparência. São análises que requerem a conexão essencial e dialética entre o conjuntural e o estrutural. Requer, portanto, análises que precisam ser gestadas e maturadas com tempo de reflexão e de análise, com espaço para o diálogo crítico entre as diferentes percepções sobre os processos em análise, com a complexidade e amplitude de verdadeiros projetos de pesquisa de vida e que não cabem na lógica acelerada do produtivismo da produção de ciência a partir da produção de *papers* ou condicionada pela lógica de mercado e do mercado.

Desta forma, o que buscamos neste texto é evidenciar o renascimento da controvérsia em torno de diferentes interpretações do Brasil no momento atual, explorando seu próprio método, pois por mais diversas que sejam as tentativas de

interpretar o Brasil não conseguirão escapar das artimanhas de seu objeto e acabarão cedendo lugar, aqui e ali, à dialética, ao radicalismo e à crítica.

3. O renascimento das interpretações do Brasil como forma de debater o país

Deseja-se argumentar aqui que as interpretações do Brasil foram progressivamente substituídas por um “conjunturismo” muito próprio do movimento do pensamento neoliberal, que fica no campo da superfície, das aparências no que se refere às relações sociais de produção, ao desenvolvimento das forças produtivas e também às formas de produção social da vida no capitalismo do século 21. Por conta disso, nos parece alvissareiro que as obras de Virginia Fontes (2010), Mercio Gomes (2019) e João Antonio de Paula (2021), desenvolvidas nos entre os anos 10 e 20 do século 21 tragam os elementos da discussão, o tipo de controvérsia e o compromisso que um intérprete do Brasil se propõe a enfrentar.

São autores que contribuem com visões diferentes especialmente por possuírem formações acadêmicas diversas, cujas lentes vão privilegiar aspectos história, da antropologia e da economia política em primeira pessoa, e ainda por estarem em pontos diferentes da compreensão da consciência social. Suas visões políticas não coincidirão, mas o trio pode ser identificado como possuindo as marcas fundamentais para refundar a controvérsia da formação econômica do Brasil que se descortina no século 21.

3.1 Mércio Gomes – antropologia a ética como chave de movimento

Mércio Gomes é um autor amplo com história política e acadêmica ligada a Darcy Ribeiro e ao estudo de vários grupamentos indígenas, em especial os Guajajara. Foi presidente da Funai (2003-2007) nos governos Lula e atualmente fez grande militância a favor da “lava-jato”, operação da polícia federal articulada com a procuradoria de Curitiba que levou à prisão do presidente Lula, após uma série de acordos feitos com delatores, no estilo “Plead Bargain”.

Em seu livro de 2019, *O Brasil inevitável: ética, mestiçagem e Borogodó* apresenta uma análise colocando a pequena burguesia e as classes médias como grandes responsáveis e reprodutores do patrimonialismo das classes dominantes. Destaca ainda, que este grupo social não tem qualquer compromisso com a eficiência da economia e traz um entendimento e uma construção ética marcada por estes elementos. Recentemente, no ciclo de palestras organizado por Ana Maria Machado na Academia Brasileira de Letras (ABL), cujo título é *Pensar o Brasil hoje: síntese e confluências*, nos rememorou algo que compartilhava com Darcy Ribeiro e é uma das posturas frequentes em intérpretes do Brasil, o sentimento de que “O Brasil é máximo e tudo vai melhorar”.

Em seu argumento Gomes (2019) destaca que o país não tem tanta clareza sobre seu mito de origem, a não ser a percepção ter tido sempre seus conflitos e contradições resolvido com acordos entre as elites, e que isso teria tornado o país menos violento. Porém considera que a ausência deste mito de origem tem implicações, especialmente na formação moral do país. Em sua definição, a moral é uma qualidade humana, trata dos costumes e pode, de forma mais próxima daquela pensada por Platão, representar o crescimento da pessoa em relação à coletividade. Ainda argumenta que nossa moral é um élan vital que constitui a força motriz do país e o projeta para o futuro. No Brasil, nossa moral seria, segundo Mércio, um modo próprio de 10apítul-la como crescimento pessoal platônico brotado pela formação de nossa cultura. Possuímos uma moral mestiça que possui um entendimento da falibilidade humana e perdoa, especialmente pequenos erros

e reincorpora os indivíduos na sociedade por suas contribuições ao projeto de futuro. E é a essa moral e essa cultura que vai apelar para a retomada de um caminho virtuoso do país.

É ainda interessante destacar que a questão da ética entra na formulação de Gomes (2019) como um sistema de pensamento que é imposto de fora para dentro e, no caso Brasileiro, se confronta com nossa moral, esta sim definidora do nosso *ethos* como nação. Uma nação que perdoa na amplitude de uma moral mestiça que configurou os seus valores. Há, portanto, uma convergência entre esta percepção e o debate das “ideias fora do Lugar” de Roberto Schwarz (1977).

Gomes (2019) lamenta o declínio da moral e a fragilidade de uma ética pretenciosa que seriam “a vergonha nacional” e observa uma degradação moral nos últimos 50 anos. Degradação esta que passaria pela família e pela política autoritária e ditatorial, bem como pelo aprofundamento da desigualdade social. Afirma que a ruptura da relação do país com sua própria moral remonta ao período da ditadura empresarial-militar, iniciada em 1964. Este rompimento poderia ser percebido pelo fato de que naquela época a moral era vista como falsa e insuficiente. Imaginava-se que a moral se retomaria na democracia. Dos anos 1980 em diante, no entanto, Gomes afirma que o processo se aprofundou, movido centralmente por um pensamento desenvolvido na universidade. Neste período a moral brasileira foi vista como autoritária resultado de muita opressão social e se fazia necessário um apagamento de sua referência. O autor ainda afirma que são as classes médias que sentem essa “desmoralização”, resultado de um conjunto de ideias filosóficas sofisticadas, das condições da pós-modernidade e da qualidade narcisista daquela classe. Vale se perguntar, porque é originária do Brasil uma moral resultante de uma mestiçagem descrita como essência de nossa formação social e não a indígena, matriz tão referida em suas concepções de entendimento da “humanidade” brasileira no texto.

O livro de interpretação do Brasil de Gomes é um esforço múltiplo. Inicia como um estudo para a classificação do pensamento dos intérpretes do Brasil anteriores, apresentando-os distribuídos em quatro modelos de ser brasileiro: conservador, nativista, utópico e liberal. Desenvolve-se sobre o argumento dos caminhos de formação de nossa moral e como a ética entra criando problemas para nosso desenvolvimento, inclusive econômico, para o qual dedica um capítulo inteiro. Seu centro na antropologia nos traz uma análise também dos problemas que a ética trouxe a nossa sociabilidade que contribuem para um complexo de inferioridade desenvolvido no brasileiro. Em seguida o autor percorre um longo período histórico no Brasil apresentando sua leitura de intérpretes do Brasil desde 1500 até as vésperas da publicação de seu livro e os avalia livremente segundo seu próprio critério de qualidade, mas respeitando parcialmente as quatro visões que descrevera na introdução do livro.

O final do texto é, segundo o autor, uma visão hiperdialética de nossas possibilidades de futuro. Reinvidica a moral e a ética tradicionais como formas de construir o futuro de um Brasil que sobrevive, a despeito de uma ética carregada de elementos que ainda não compreendemos (e aceitos por nós pelo nosso “viralatismo Nelson Rodriguiano”). Mércio nos coloca um futuro possível e rico partir de uma síntese hiperdialética das quatro visões sobre o Brasil. De seu ponto de vista, por meio do diálogo, precisamos criar um *ethos*, discutindo muito, debatendo, formando uma união, afim de redefinir um projeto de futuro, por meio da recuperação de nossa raiz moral, que nitidamente, identifica na mestiçagem que não lhe grita como um processo de formação em que a opressão dos valores do dominado foram significativas.

3.2 João Antonio – economia política em sua dialética interdisciplinar para compreender a formação Brasileira

João Antonio de Paula (2021) é um pensador particular, pois apesar da formação de economista transita com facilidade pelas áreas da história, da política e da arte sem se omitir. A interpretação do Brasil de Paula não se resume a esta obra mais recente, mas a um conjunto de trabalhos de pesquisa e formação que demarcaram uma trajetória política, acadêmica e cultural que contribuiu para uma práxis no Brasil da segunda metade do século 20 até hoje. Muito frequentemente João Antonio de Paula é apresentado como professor titular do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG. Porém é autor de mais de uma centena de artigos, em publicações acadêmicas, e capítulos de livros. Também prolífico autor de livros (mais de 20 títulos) entre os quais o texto que estamos caracterizando com central para compreender sua interpretação do Brasil é *O capitalismo no Brasil*, publicado em 2021.

Os caminhos que o autor segue na referida obra parte de uma organização de seu histórico de pesquisa e publicação que se espalha por várias áreas das Ciências Sociais: Economia Política, História Econômica, História das Ideias, História das Cidades, Meio Ambiente. Do ponto de vista do balanço histórico, João Antonio faz um movimento muito interessante que começa no Brasil colonial e chega aos dias atuais. Faz isso colhendo em cada uma das fases características centrais para explicar a economia, o Estado e as relações sociais no Brasil, que vão compor sua análise de conjuntura não muito alvissareira sobre o no nosso “hoje”.

Uma grande contribuição da interpretação do Brasil de Paula (2021) tem relação com sua passagem pela economia em sua formação inicial e de mestrado: percebe a centralidade da questão do desenvolvimento como organizadora de boa parte das controvérsias sobre o capitalismo, especialmente a partir do momento que poderemos identificar a entrada do país na modernidade. No que se refere ao Brasil, merece destaque sua ideia de que:

“a ação do Estado Brasileiro, quantitativamente diversificada e expressiva, não significou uma modalidade extravagante de “socialismo” ou mesmo de “capitalismo de Estado”, e que o grande beneficiário da ação estatal no Brasil foi sempre o capital e a reiteração do capitalismo dependente.

Com efeito o Brasil é um caso algo surreal em que a destruição do Estado de Bem-estar Social, que dominou a economia capitalista mundial com o neoliberalismo, deu-se sem que tenha havido de fato um Estado de Bem-estar Social” (Paula, 2021, p.230)

Na visão do autor, se Trotsky tivesse estudado do desenvolvimento econômico do Brasil e não da Rússia teria chegado ao conceito de desenvolvimento desigual e atrofiado, chamando atenção para o fato de que a inserção subalterna e o subdesenvolvimento do país fez parte do projeto das classes dominantes para a nação. Paula argumenta que ao longo de sua história, até o ponto do tempo que escreve, o Brasil vem sendo marcado por diversas situações de dependência, que nada mais são que formas metamorfoseadas da condição colonial. No presente a expressão desta metamorfose seria o modo periférico e dependente como se configura o capitalismo no Brasil.

Neste ponto o autor revela o que move sua interpretação do Capitalismo no Brasil, sua interpretação é demarcada por uma interação entre história concreta e história do pensamento que se revelam na formação econômico social Brasileira, ganhando suas formas superestruturais que representam a versão dos dominantes do desejo de futuro

para o país. Das palavras a seguir do autor podemos retirar a presença desta reflexão de uma forma muito rica:

“(…) uma mesma unidade de tempo (…) seria, para diversas sociedades coexistentes, como um recipiente vazio, passível de ser preenchido com as realidades, os conteúdos, que cada sociedade seja capaz de criar, desde que autonomamente potentes. Tal expressão, autonomamente potentes, corre o risco de se tornar abstração enganosa, se se limitar aos aspectos jurídicos-formais. Com efeito, os aspectos jurídicos formais fazem parte, no conjunto da estrutura social, da instância responsável pela legitimação da dominação mediante hegemonia política e cultural, sob a forma de símbolos, valores, narrativas, que atendendo a interesses particularistas, de classe, apresentam-se, e se legitimam, como se universais fossem” (Paula, 2021, p.233)

João Antônio, ao reivindicar esta forma articulada entre base e super estrutura de se ver o Brasil na qual as relações de dependência despontam como parte de interesses do capitalismo mundial, também define que a dinâmica interno-externo da formação socio-econômica constituída aqui é também elemento essencial para sua compreensão. Afirmo que é necessário que o capitalismo dependente e periférico aqui existente, expressão dos interesses do grande capital mundial, vai precisar impor condições de superexploração do trabalho e da natureza nessas paragens e por isso vai demandar instrumentos políticos de exceção que colocarão em xeque nossa democracia possível.

É assim que vemos sair de seu capítulo final um posicionamento que não encontramos em Gomes (2019), mas que tem muitas raízes nos intérpretes do Brasil como Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Jacob Gorender e Caio Prado Junior: “a superação do capitalismo dependente no Brasil só será possível com a superação do capitalismo, isto é, a dependência que marca o capitalismo brasileiro, é parte do mecanismo de acumulação de capital em escala global” (Paula, 2021 p.237). Assim percebe que há uma conexão inextricável entre o capital interno e o grande capital mundial que o subordina, com a qual os donos do capital das nações dominantes e dos países dominados ganham.

Como em todo seu livro, o autor não apenas formula esta visão com base nos autores que o antecederam, mas também apresenta vários dados históricos comprovativos como acordos e tratados de comércio, leis e políticas financeiras e de investimento em uma série de momentos históricos definidores da formação do Brasil. Infelizmente, Paula não termina o texto com uma percepção de que esta necessária superação da dependência e a formulação de um projeto mais autônomo de país esteja em movimento, a despeito das bravas lutas dos trabalhadores no Brasil ao longo da sua história, dando destaque definidor para a luta contra a escravização.

3.3 Virgínia – história e teoria para um Brasil no contexto do capital-imperialismo

Virgínia Fontes publicou em 2010 *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e História* em um contexto de muita crise após os eventos de da crise financeira de 2007-2008. Se desafiou a compreender a dinâmica contemporânea do capitalismo, a qual entende como fase do “capital-imperialismo” e busca interpretar o Brasil neste ambiente

histórico, portanto se debruçando sobre um período que se estende de 1950 ao tempo em que escreve.

A autora é uma intelectual militante com uma trajetória de pesquisa e formação na área de história contemporânea que passa pelo doutorado em Paris X, sob orientação de Lubicá, e se desdobra em 40 anos de docência em história na Universidade Federal Fluminense (UFF) e em pesquisa constante em nível de graduação e pós-graduação nesta instituição e na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) da Fiocruz. Virgínia também atua na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em articulação com os movimentos sociais que a organizam, ou seja, Virgínia Fontes é uma intelectual orgânica da classe trabalhadora. É uma das intelectuais mais respeitadas do Brasil contemporâneo e sua análise de conjuntura, de base estrutural e teórica marxista, é sempre convidada e divulgada tanto em espaços acadêmicos como por meio de outros espaços e canais, inclusive nas mídias digitais.

O livro *Capital Imperialismo* entra no rol de produções de interpretação do Brasil de uma forma especial. Virgínia se preocupa em apresentar a base teórica para explicar a estrutura de sua leitura do Brasil. Além disso, é extremamente inovadora ao caracterizar o seu presente como uma fase do capitalismo, o capital-imperialismo, que merece sua identificação detalhada. O capital-imperialismo é formado por cinco grandes movimentos: 1) o estabelecimento de instituições que pudessem garantir a predominância dos Estados Unidos da América no sistema mundial; 2) um consorciamento contraditório entre as burguesias nacionais nas quais uma parte destas burguesias se insere de forma subalterna; 3) a luta de classes na forma capital-trabalho com o capital contra sindicatos e organizações da classe trabalhadora, mas também contra identidades, revelando um capital que tenta prevenir que as lutas identitárias cheguem às raízes das opressões; 4) a ascensão de formas de organização não governamentais ou não-estatais de defesa dos interesses burgueses que passem por *think-tanks* e por agenciamento e financiamento privado de agendas específicas, e 5) um deslocamento do controle do Estado resultando que a sociedade civil (talvez melhor descrita como sociedade burguesa, neste caso), aparecesse de forma mais explícita e sem mediações na administração e controle do Estado.

A interpretação do Brasil de Virgínia se situa entre aquelas que identifica que o mundo concreto é a forma da luta e não apenas um conjunto de instituições e regras. Neste sentido, sua interpretação do Brasil se organiza pela observação das formas da expropriação, da extração da mais valias e do progresso das lutas sociais e ganha uma dinâmica explicativa mais orgânica aos movimentos e lutas sociais, colocando o trabalhador e sua opressão e dominação no centro da análise. Vai reivindicar as contribuições de Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, Sonia Mendonça, Rennée Dreifuss, Ruy Mauro Marini e o desenvolvimento das pesquisas de Lucia Neves e seu grupo entre tantas outras para pensar o encaixe do Brasil no processo de expansão do capital-imperialismo.

Sua apresentação da questão do Brasil parte das formas de associação contraditória das burguesias subalternas do Brasil com os capitais externos do conjunto dos países que compõem o núcleo capital-imperialista mundial. Virgínia observa que este movimento se dá, pelo menos desde os anos 1950, tanto por meio de controle do capital empregado nos empreendimentos nacionais, como do estabelecimento de empresas multinacionais. Destaca que isto ocorre, porque já havia uma burguesia brasileira organizada e aderida aos interesses internacionais, que não tinha problemas de realização de seu capital, mesmo diante da enorme desigualdade do país. Ao contrário tal burguesia era capaz de utilizar a desigualdade como acelerador do processo de acumulação. Esta classe, diferentemente do discurso das revoluções burguesas clássicas, não tinha qualquer

problema em garantir um Estado que controlasse a força de trabalho e mantivesse a expropriação na forma de manutenção de um anti-comunismo preventivo e limitador de liberdades. Aponta ainda que as burguesias brasileiras se modernizaram antecipadamente, se organizando na forma de aparelhos privados de hegemonia que participam do Estado ampliado, na acepção do conceito Gramsciano, (ampliação que se deu no Brasil, essencialmente, para bloco de poder empresarial) e exercitaram uma forte censura, bloqueio e contenção das organizações das classes trabalhadoras.

Neste sentido, Virginia interpreta um Brasil no contexto do capital-imperialismo que se organiza a partir de lutas sociais e de organizações da burguesia e da classe trabalhadora que se relacionam de forma diferente com o Estado, gerando um Estado ampliado-empresarial. Esta forma do Estado explicita um tipo de dominação que coloca em debate duas visões sobre o que seria o capitalismo no Brasil. De um lado, os dominantes preferem pensar a expansão do capitalismo no Brasil com um grande mercado para todos, e em que todos se inserem pelo que podem ou não comprar (pelas trocas). De outro os oprimidos críticos que percebem que o capitalismo no Brasil se expandiu pelo aumento da massa de trabalhadores cuja existência depende do mercado. Este debate é essencial para compreender o Brasil no capital- imperialismo e suas manobras recentes, pois é no contraste entre estas visões que é possível compreender o debate entre as políticas de inclusão pelo consumo e as políticas de direitos sociais universais.

Ampliação seletiva do Estado brasileiro, como um Estado ampliado-empresarial, nos permite perceber, por exemplo, que as lutas sociais expressas na constituinte de 1987 não tem na Constituição um resultado que seja uma vitória da classe trabalhadora. Ao contrário a carta constitucional de 1988 é uma expressão das dimensões sociais desta luta. A Constituição de 1988 carrega a contradição de trazer direitos eleitorais amplos, mas ao mesmo tempo ser uma carta de promessa de um patamar mínimo de direitos sociais públicos, a serem regulamentados no futuro, e sempre com uma vírgula que permita sua capitalização mercantil.

É esta abertura contraditória da sociedade, expressa no texto constitucional, que vai acionar imediatamente a intensificação das práticas burguesas de convencimento contra o PT e a CUT dos 1980, organizações que imantavam os movimentos das classes trabalhadoras. Desde então, se organizam os *think-tanks* para “rentabilizar” estes espaços de lutas dos trabalhadores apresentando-se para financiar políticas compensatórias voltadas para a urgência e emergência. O centro do financiamento nas políticas de urgência se explica pela sua aderência imediata – nenhum grupo social pode ser contra elas – porém estas acabam trazendo uma consequência importante para o sistema social: a perda da independência política da classe trabalhadora. Neste sentido, tais políticas pioram a situação que argumentam pretenderem melhorar, ao esvaziar a classe trabalhadora de sua capacidade de ação política independente. Financiamento da luta popular, ou como Virgínia nomeia, a conversação mercantil filantrópica desta luta (ou pelo menos de alguns dentro desta luta) criou ao mesmo tempo a “pobretologia” entre os membros da classe dominante – por pobretologia, entende-se, análises sobre os processos de desigualdade econômica e social baseadas nos referenciais teóricos e políticos do neoliberalismo, que se focam sobre a aparência dos fenômenos ligados à desigualdade e que propõem políticas públicas para estes fenômenos também no âmbito do neoliberalismo ou, na melhor das hipóteses, em um reformismo brando – e o transformismo das organizações dos trabalhadores, que as políticas compensatórias tem como “troco”.

Desta forma, a interpretação do Brasil de Virginia complementa a de Joao Antônio e se contrapõe a de Mércio, compondo o campo das interpretações revolucionárias, no sentido de Antônio Candido (1986). Revela que os movimentos de encaixe do Brasil ao

capital-imperialismo precisam ser vistos pela lente de como a classe dominante está lidando com os problemas que a expansão do capitalismo traz para o conjunto do país. No ponto do tempo em que seu livro é escrito a autora aponta que as políticas de compensação, que tem como troco a retirada da independência da classe trabalhadora no cenário institucional-político, eram aceitas pela burguesia como um preço para os trabalhadores estarem ao seu lado durante sua ascensão no mercado internacional, porém geravam em conjunto algo muito útil para seu projeto permanente de controle dos trabalhadores: a esterilização da democracia com sua redução a uma democracia de acionistas – quem paga mais leva – e a esterilização dos partidos políticos, transformando-os todos em partidos (da direita, do centro e da esquerda) do capital. Dessa forma, todos os setores sociais avançam, uns a passos de elefante e outros a passos de formiga, às custas do apassivamento das lutas sociais.

A autora reivindica a perspectiva da classe trabalhadora e aponta que a expansão do capitalismo no Brasil em 2010 se dava as custas da destruição das organizações das classes trabalhadoras e apontava para um futuro nada alvissareiro no sentido de uma sociedade brasileira que atuasse para resolver as contradições causadas pela ampliação das relações sociais do capital em sua população, mas que trazia em seu seio o germe de um Estado cada vez mais capaz de controlar e oprimir a classe trabalhadora.

Conclusão:

Apesar de portadores de uma esperança sobre um futuro imediato não muito animador para o Brasil, estes autores revelam um movimento positivo: o renascimento de obra de interpretação do Brasil. Este ressurgimento se dá apesar de um “conjunturismo” profundo das análises do Brasil que, desde 1980, não passam de recomendações para um período eleitoral acompanhado de uma lógica de publicação acadêmica que não se propõe a reflexões aprofundadas sobre a realidade brasileira.

O financiamento da pesquisa cada vez mais recortada, temático e utilizando fundos privados, ao mesmo tempo que o Estado se exime de financiar espaços de formulação e execução de um projeto nacional autopropelido apontam para estes trabalhos como atos de resistência intelectual, política e acadêmica. Esta não é qualquer resistência, mas uma que se pretende continuar construindo alternativas para a nação e/ou a população brasileira, sempre marcados pela autenticidade do posicionamento de classe e da função social (e crítica) do pensamento e do conhecimento que se forjam em pleno contexto de acirramento do neoliberalismo, do conservadorismo e da produção de pensamento pré-fabricado com obsolescência programada.

Bibliografia referida:

ARAÚJO, Victor Leonardo & GENTIL, Denise. O primeiro governo FHC (1995-1998): o neoliberalismo escancarado. *In* **A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações**. Hucitec Editora. 2021.

BORJA, Bruno; CURTY, Carla; LEÓN, Jaime; MALTA, Maria. Introdução e apresentação aos leitores. *In*: **Controvérsias do pensamento econômico brasileiro: história, desenvolvimento e revolução**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, p. 10-39, 2022.

CANDIDO, Antonio. Radicalismos. *In*: **Estudos Avançados** 4 (8), 1986, p. 4–18.

FONTES, Virginia. **O Brasil Capital-imperialismo**, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

GOMES, Mércio. **O Brasil inevitável**: ética, mestiçagem e borogodó, Rio de Janeiro: TopBooks, 2019.

IANNI, Octávio. As raízes da anti-democracia na América Latina. *In: Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. nº 14, São Paulo, p. 17–22. 1988.

IANNI, Octávio Tipos e Mitos do pensamento Brasileiro, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 17 (49) • Jun 2002 • <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000200001>

IANNI, Octávio. **Tendências do pensamento brasileiro**. *In Tempo Social*. USP. 12. 2000.

MELO, Demian. **Decifrando o neoliberalismo #5**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vRD1myenCww&t=939s>. Acesso em 30/05/2022.

PAULA, João Antonio de. **O capitalismo no Brasil**. Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

RICUPERO, Bernardo. Introdução. *In Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. 2008.

SAAD-FILHO, Alfredo & MORAIS, Lécio. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. Boitempo Editorial. 2018.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. *In: Ao vencedor as batatas*, Coleção Espírito Crítico, São Paulo: Duas Cidades e Editora 34, [1977] 2012.

SLOW SCIENCE ACADEMY. **Manifesto**, 2010 Disponível em: <http://slow-science.org/>. Acessado em: 05 de maio de 2022.

TEIXEIRA, Aloisio. Marx e a Economia Política: a crítica de um conceito. *In: Econômica*. Niterói, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº4, p. 85-109, 2000.

TEIXEIRA, Aloisio. Raízes do Brasil: o lado oposto e os outros lados. *In: Revista Tempo Brasileiro*, n. 149, Repensando o Brasil com Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, pp. 55-73, 2002.